Apresentação

No ano em que celebramos 20 anos da Lei Maria da Penha, um dos mais importantes marcos normativos de proteção às mulheres no Brasil e referência internacional no enfrentamento à violência de gênero, o País ainda lida com índices preocupantes. Agressões físicas, violências psicológicas, sexuais, patrimoniais, institucionais e feminicídios são realidade no cotidiano de muitas meninas e mulheres, revelando que o aprimoramento das respostas estatais continua sendo um desafio para a Segurança Pública.

É nesse contexto que a sétima edição da Revista SUSP, intitulada Meninas e Mulheres Seguras: evidências para o enfrentamento da violência de gênero, reúne pesquisas, análises e relatos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores, e profissionais de segurança pública de diferentes regiões do País, aproximando a produção de conhecimento dos desafios concretos enfrentados pelas instituições que integram o Sistema Único de Segurança Pública.

Os trabalhos publicados convergem para uma compreensão comum: a violência de gênero não é um fenômeno isolado, repentino, tampouco restrito ao âmbito privado. Trata-se de um problema complexo, multicausal e com raízes nas desigualdades históricas. Portanto, exige respostas integradas, preventivas e orientadas por evidências.

Um primeiro conjunto de artigos aborda a prevenção primária da violência de gênero, apresentando ações educativas, de cunho reflexivo, voltadas à adolescência, às masculinidades e à mudança de padrões culturais que naturalizam a violência contra a mulher.

Nesta edição, destaca-se também a importância da produção e da utilização de dados para a formulação de políticas públicas. Estudos baseados em registros policiais e análises territoriais demonstram o potencial das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública para identificar padrões de vitimização e territórios prioritários, qualificando o planejamento, a prevenção e a atuação estatal.

Outro conjunto de contribuições discute os desafios do reconhecimento institucional das violências vivenciadas pelas mulheres. Temas como escuta qualificada, acolhimento, adequada produção e valoração das provas, além da integração entre segurança pública, justiça, assistência

social e saúde tornam-se fundamentais para a garantia de respostas efetivas às vítimas e para a prevenção de novas situações de violência.

Esta edição também amplia o debate ao abordar contextos, por vezes, invisibilizados nas discussões sobre gênero e segurança pública. O encarceramento feminino, por exemplo, quando analisado sem a devida consideração das especificidades de gênero, pode revelar e aprofundar diversas formas de violência e de supressão de direitos fundamentais das mulheres privadas de liberdade. Não menos importantes são os casos de violência e assédio vivenciados por mulheres policiais em suas próprias instituições, tema que evidencia a necessidade de fortalecer ambientes institucionais seguros, respeitosos e comprometidos com redução de desigualdades.

Por fim, encerrando a edição, um relato de experiência oferece uma perspectiva singular sobre a violência vicária, articulando experiência vivida, atuação profissional e compromisso institucional com a proteção de mulheres e crianças. O texto reforça a importância das práticas em segurança pública fundamentadas na escuta, na empatia e na proteção integral.

Os textos aqui reunidos reafirmam que a proteção de meninas e mulheres exige respostas baseadas em evidências, prevenção e atuação articulada das instituições. Ao aproximar conhecimento científico, experiência profissional e realidade institucional, esta edição reafirma também o papel da produção e da disseminação do conhecimento na construção de políticas públicas de segurança cada vez mais qualificadas e efetivas.

Esperamos que esta edição contribua para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para o fortalecimento da segurança pública como instrumento de proteção e garantia de direitos.

Carolina Taboada

Michele dos Ramos